

O CAPITAL DE MARX COMO EXPRESSÃO DE UM MÉTODO INOVADOR

Claus Germer*

INTRODUÇÃO

A comemoração de 140 anos da publicação do primeiro volume do *O Capital* é significativa por diversos motivos, até mesmo opostos. Por um lado, os seus detratores, fixando-se no tempo decorrido de 140 anos, considerariam esta comemoração uma demonstração da obsolescência da obra por decurso de prazo, devido à sua antiguidade. Este não é um argumento sério. Por este critério a teoria neoclássica também deveria ser considerada obsoleta, pois suas obras fundantes foram publicadas durante a década de 1870, portanto poucos anos após o primeiro volume do *O Capital*. Mas os seus elementos constituintes fundamentais são muito mais antigos, elaborados nas décadas anteriores a Marx, e alguns remontando a Ricardo e mesmo antes. Alguns ramos importantes da teoria de Ricardo, cuja obra é da segunda década do século 19, sobrevivem até hoje como ramos fundamentais da teoria neoclássica, como a lei dos rendimentos decrescentes, a lei das vantagens comparativas, a teoria quantitativa da moeda. A estrutura básica da teoria quantitativa da moeda, que constitui o seu fundamento até hoje, foi lançada por Jean Bodin em meados do século 16, portanto há cerca de 450 anos, e aperfeiçoada por Hume em meados do século 18. A lei de Say, um dos pilares fundamentais das concepções neoclássicas, já celebrizada por Ricardo, também é muito anterior à teoria de Marx. As linhas mestras do liberalismo econômico, que estão presentes de corpo inteiro no chamado neoliberalismo atual, foram elaboradas no século 18, mais de um século antes da obra de Marx e sistematizadas por Stuart Mill algumas décadas antes de Marx. Descartadas estas alegações vulgares, uma teoria só pode ser considerada ultrapassada se for demonstrada a sua inconsistência ou se, sendo consistente, for substituída por outra teoria mais consistente, ou ainda, se a realidade que representa deixar de existir.

Por outro lado, porém, a comemoração dos 140 anos do *O Capital* pode ser considerada um sintoma da vitalidade da obra e da teoria que representa. Se se levar em conta a perseguição sistemática que a teoria de Marx tem sofrido desde o seu surgimento, e as adversidades históricas que enfrentou, o que esta comemoração evidencia não é a sua antiguidade e suposta obsolescência, mas antes a sua vitalidade e atualidade. É verdade que o espaço da teoria de Marx no *establishment* acadêmico, em todo o mundo, estreita-se visivelmente nas últimas décadas. No entanto, isto não pode ser pacificamente admitido como

* Professor do Depto. de Economia da Universidade Federal do Paraná.

sintoma do declínio da vitalidade desta teoria. É preciso lembrar que não foi a conquista prévia de espaços acadêmicos que tornou possível a difusão mundial do marxismo e a ampliação da sua influência intelectual, cultural e política até pelo menos a década de 70 do século 20. Ao contrário, foi a sua consistência teórica, a aderência da sua teoria à realidade econômica e social, superior às das teorias concorrentes, que lhe permitiram expandir-se nos meios intelectuais em geral, e nos acadêmicos em particular. É evidente também que fatores políticos e ideológicos, externos às teorias em si, afetam decisivamente a posição das teorias nas ciências da sociedade, e são frequentemente determinantes principais das flutuações cíclicas experimentadas por elas. No entanto, nota-se ao mesmo tempo que grupos marxistas, de estudo e/ou de ação política, multiplicam-se pelo mundo afora. São pouco percebidos porque resultam, na maioria dos casos, de iniciativas não oficiais que ocorrem, por assim dizer, nos subterrâneos da sociedade.

O que me parece que se deve avaliar, nesta data, é o sentido ou motivo da vitalidade e da relevância histórica da obra econômica de Marx, cuja expressão máxima é *O Capital*. Ela não consiste, talvez, principalmente no próprio *O Capital*, apesar da consistência teórica desta obra, uma vez que ela analisa o capitalismo, e como o capitalismo será superado em algum momento, o mesmo ocorrerá com o conteúdo *O Capital*. Pretende-se argumentar que a relevância histórica fundamental de *O Capital* reside não no seu objeto, o capitalismo, que é historicamente passageiro, mas na forma do tratamento dado ao conteúdo, isto é, no seu método revolucionário e inovador, o materialismo histórico¹. Enquanto o capitalismo será superado e encontra-se já em fase adiantada do seu desenvolvimento, o materialismo histórico está apenas iniciando a sua trajetória histórica, uma vez que, como se argumentará, integra o processo de emergência, no interior do capitalismo, de um novo modo de produção, o que implica que se desenvolverá e expandirá com o desenvolvimento deste. Isto significa que o materialismo histórico se baseia em, e expressa, complexas tendências de desenvolvimento na esfera intelectual da sociedade, ainda recentes mas inscritas no processo real do desenvolvimento social. Com o materialismo histórico, pela primeira vez na história a análise da sociedade humana foi sujeita aos mesmos critérios científicos gerais das ciências naturais, tendo como critério da verdade não as opiniões de personalidades destacadas ou as determinações de supostas potências sobrenaturais em relação a cada momento histórico, mas a análise da realidade material subjacente a cada um destes momentos. A potência criadora do

¹ Marx “escreveu dez obras e esse monumento que o *Capital* sem jamais escrever sobre ‘dialética’ [que é seu método – CMG] (...) nas obras teóricas de Marx, no *Capital*, etc... sim, aí encontramos [a dialética, o método – CMG] em estado prático, (...) mas não em estado teórico” (Althusser, 1979, p. 151). “Marx não nos deixou a Lógica (com L maiúsculo), mas deixou-nos a lógica do *Capital*” (Lênin, citado em Althusser, ibidem).

materialismo e da dialética, mesmo no estágio inicial em que se encontram, foi demonstrada ao longo de cerca de um século de intensas e dramáticas mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais inspiradas nesta filosofia.

O objetivo deste artigo é desenvolver a hipótese de que o materialismo histórico constitui uma extensão filosófica e metodológica, ao campo das ciências da sociedade, dos princípios filosóficos e metodológicos que impulsionaram o desenvolvimento das ciências da natureza a partir do Renascimento. O desenvolvimento das ciências da natureza expressa o desenvolvimento de uma concepção materialista na análise e interpretação dos fenômenos naturais, mesmo ocultada pelo manto das crenças religiosas, que os cientistas tinham que ostentar como condição de sobrevivência, no início, e de aceitação social, mais tarde e até hoje. O materialismo, como concepção do mundo, foi gerado à medida que a pesquisa sistemática e metódica dos fenômenos naturais foi desenvolvendo-se. Do ponto de vista materialista, não foi a concepção materialista da natureza que gerou a pesquisa, ao contrário, foi o desenvolvimento da pesquisa que gerou a concepção materialista da natureza. E o que provocou o desenvolvimento da pesquisa nas ciências naturais não foi um repentino surto de amor ao saber, mas as necessidades práticas do capitalismo em expansão. A concepção filosófica materialista aplicada ao estudo da natureza é o que se denomina materialismo naturalista.

A hipótese desenvolvida neste artigo é de que as necessidades práticas do capitalismo em desenvolvimento deram origem ao desenvolvimento da pesquisa científica nas ciências naturais, de cuja evolução progressiva resultou a elaboração também progressiva de concepções filosóficas e metodológicas correspondentes, representadas pelo materialismo naturalista. De modo análogo, as necessidades práticas da emergência de um novo modo de produção no interior do capitalismo, expresso na tendência à abolição da propriedade privada e ao desenvolvimento da propriedade social, deram origem à extensão da abordagem científica ao campo dos fenômenos da sociedade, na forma do materialismo histórico. Assim como o materialismo naturalista brotou, no seu estágio inicial, na fase decadente do feudalismo, na forma de manifestações rudimentares e enfrentando resistências poderosas, adquirindo o seu desenvolvimento velocidade somente após o estabelecimento definitivo do capitalismo, pode-se antever uma trajetória idêntica, em linhas gerais, para o desenvolvimento do materialismo histórico. Como o capitalismo continua dominando, mesmo em suposta fase final da sua trajetória histórica, o materialismo histórico deve ser concebido como encontrando-se na forma das manifestações iniciais, relativamente rudimentares, enfrentando a poderosa resistência das ideologias burguesas dominantes, mas se desenvolverá com rapidez

para a sua plenitude assim que o capitalismo ceder lugar ao novo modo de produção baseado na propriedade social e no planejamento integrado da produção e da distribuição. Assim, o significado histórico mais relevante de *O Capital* e o motivo da sua projeção no futuro seria o fato de constituir a primeira expressão de grande envergadura da aplicação do materialismo histórico. Este projeta-se no horizonte do futuro, segundo se sugere, por ser a expressão, no campo das ciências da sociedade, de manifestações iniciais de um novo modo de produção, cuja trajetória histórica, a julgar pelos modos de produção anteriores, cobrirá um certo número de séculos. O *O Capital* inscreve-se, portanto, como pedra fundamental de uma concepção filosófica e metodológica cuja trajetória histórica está apenas em seu início.

O MATERIALISMO E A DIALÉTICA

Para maior facilidade dos leitores, convém fornecer definições sintéticas dos principais conceitos utilizados neste artigo, referentes ao materialismo e à dialética. O materialismo filosófico consiste na concepção de que a realidade material é a única realidade existente, nada havendo além dela, e que portanto ela pode ser conhecida em sua plenitude, sem bloqueios representados por potências sobrenaturais cujos supostos desígnios são desconhecidos. Neste sentido o materialismo filosófico opõe-se ao idealismo filosófico, que é a expressão filosófica das crenças religiosas, para as quais a realidade material é apenas uma projeção imperfeita de uma realidade ideal inatingível pelo ser humano. A dialética consiste na concepção de que a realidade material está em contínuo movimento de transformação². O movimento não é uma característica que determinada matéria pode ou não possuir. Ao contrário, o movimento é a própria forma de existência de toda matéria, de modo que não há matéria sem movimento³. Como se exclui a hipótese da determinação sobrenatural da realidade, segue-se que as causas da transformação do real residem não nas intenções insondáveis de uma divindade, mas na própria realidade material, e podem portanto ser identificadas pela pesquisa. O materialismo histórico consiste na combinação do materialismo filosófico com a dialética, aplicados à análise da sociedade. Isto implica conceber a sociedade como uma realidade em contínuo movimento, isto é, em transformação, de tal modo que a sua forma de organização ou modo de produção – isto é, a forma da rede de relações entre os seus integrantes – modifica-se ao longo de tempo. A função das ciências da sociedade é identificar

² “O método marxista insiste (...) num fato essencial: a realidade a atingir pela análise e a reconstituir pela exposição (sintética) é sempre uma realidade em *movimento*” (Lefebvre, p. 28).

³ “Tudo que existe, tudo o que vive sobre a terra ou na água, só existe, só vive por intermédio de algum movimento” (Marx 1977, p. 128).

as causas determinantes de cada forma de organização – o modo de produção – e as leis que presidem a sua contínua transformação, o seu movimento histórico.

Deve-se acrescentar uma referência à teoria do conhecimento materialista, segundo a qual as idéias teóricas constituem representações, na mente humana, da realidade material não interior da qual o ser humano vive. Não há idéias ou motivações inatas ou procedentes de esferas não materiais. Aplicando este princípio ao próprio materialismo histórico, deve-se procurar identificar os desenvolvimentos da realidade material que lhe deram origem, isto é, o materialismo histórico, como produto da atividade intelectual do ser humano, é encarado como reflexo, na mente, de características determinadas da realidade material, que neste caso é a sociedade. Deste modo, a emergência do materialismo histórico reflete a emergência, na sociedade, de características que se refletem na mente na forma do materialismo histórico. O conhecimento, no entanto, não é um reflexo da realidade obtida pela contemplação passiva, mas pela atividade prática do ser humano, isto é, pela sua intervenção prática e transformadora sobre a realidade circundante. A atividade prática fundamental do ser humano é a produção dos seus meios de existência por intermédio do trabalho. Por intermédio do trabalho o ser humano atua sobre os materiais naturais à sua volta, transformando-os segundo as suas necessidades, e ao fazê-lo desenvolve o seu próprio conhecimento sobre eles (Germer, 2003).

Na medida que a projeção adquirida pelo *O Capital* decorre da excelência do seu método, seria mais correto referir-se à obra de Marx como materialismo dialético do que como marxismo, o que em nada desmerece o gênio amplamente reconhecido de Marx. Isto permitiria, nas palavras de Lefebvre, compreender a teoria antes como expressão inaugural de uma nova era teórica e filosófica, do que apenas de um indivíduo finito (Lefebvre, p. 18ss).

MATERIALISMO NATURALISTA E MATERIALISMO HISTÓRICO

O critério materialista requer que se conceba a emergência do materialismo naturalista como resultado do desenvolvimento de condições materiais adequadas na sociedade. O materialismo naturalista tem sua localização e origem exatas no âmbito das relações do ser humano com a natureza. Mas as relações com a natureza constituem apenas uma das dimensões da atividade prática do ser humano, o trabalho. O trabalho em sociedade é trabalho social, isto é, trabalho cooperativo, em termos técnicos. Mais precisamente, o trabalho social é o organismo social de trabalho, ou a rede de trabalhos diferenciados mas interconectados, formando uma totalidade coerente, sobre a qual se apóia a reprodução da sociedade. Daí decorre a segunda dimensão do trabalho: a das relações dos seres humanos uns com os outros

no processo de produção e distribuição dos produtos do trabalho (Germer, 2003). É no âmbito das relações entre os seres humanos que se localizam as ciências sociais e especificamente o materialismo histórico. As relações do ser humano com a natureza e as suas relações recíprocas, uns com os outros, constituem, em conjunto, apenas uma das dimensões da sua atividade prática: a prática material. O materialismo naturalista e o materialismo histórico são produtos da outra dimensão da atividade humana prática, a atividade ou prática mental ou intelectual (Ibidem). Ora, do ponto de vista materialista, os produtos da atividade intelectual são expressões intelectuais da atividade prática material, que é o trabalho social. Como o trabalho social compreende duas relações – com a natureza e entre os indivíduos –, segue-se que a prática intelectual elabora as expressões mentais dos conhecimentos adquiridos através da atividade nestas duas relações, que se expressam nos conhecimentos sobre a natureza e sobre a sociedade, respectivamente.

Assim como o ser humano elabora progressivamente, no plano intelectual, os métodos que se expressam na sua prática material, de modo análogo elabora progressivamente os métodos da prática intelectual, ou seja, os métodos do pensamento. O desenvolvimento da pesquisa sistemática nas ciências naturais, como decorrência da penetração do capital na esfera da produção, iniciada com a emergência da produção capitalista, originou progressivamente a elaboração dos métodos correspondentes, que convergiram em uma concepção metodológica geral, que é o materialismo naturalista, embora, como se verá, este mantém limitações que só poderão ser superadas com a abolição da divisão da sociedade em classes. De modo análogo, as características sociais do capitalismo estenderam progressivamente a investigação metódica ao campo da sociedade, descobrindo-se a existência das diferenças de classes e das relações entre as mesmas. As concepções materialistas espontâneas nascidas nas ciências naturais estenderam-se a este campo e deram origem ao surgimento do materialismo histórico.

O materialismo naturalista literalmente brotou, de modo espontâneo, dos primeiros laboratórios rudimentares, da observação e da experimentação metódicas que, a partir do Renascimento e como expressão de novas realidades sociais, substituíram os livros sagrados como critério da verdade. Mas o seu desenvolvimento não foi um processo gradual e pacífico, restrito aos ambientes dos laboratórios e gabinetes de estudo. Ao contrário, laboratórios e gabinetes eram poucos, assim como não existia a própria divisão do trabalho no âmbito científico. A pesquisa e a experimentação prática nas ciências da natureza desenvolveram-se no interior da própria atividade prática cotidiana da produção e da circulação, em um contexto explosivamente conflituoso, enfrentando a tenaz resistência dos dogmas religiosos e

preconceitos sociais que presidiam todos os aspectos da vida social. A história mostra como as ciências da Natureza, e o materialismo naturalista que as caracteriza, lutaram durante séculos para se libertar da intolerância, da perseguição religiosa e ideológica e da repressão policial (Engels, 1964), até que, a partir de certo momento, que se situa em algum ponto do século 19, conseguiram passar a ser reconhecidas e valorizadas socialmente, embora com restrições remanescentes mencionadas a seguir.

A aplicação do materialismo histórico às ciências da sociedade é atualmente vítima dos mesmos tipos de restrições. Assim como Galileu, para não ser condenado à fogueira, teve que reconhecer que a terra estava imóvel no centro do universo, os cientistas sociais de hoje são constrangidos a reconhecer que o capitalismo é o centro eterno e imutável do universo social para não serem condenados à fogueira do ostracismo, da marginalização e do descrédito. Neste sentido os vínculos existentes entre estas restrições e as exigências ideológicas da manutenção do poder burguês assemelham-se aos existentes entre as restrições ao desenvolvimento das ciências naturais e as exigências da manutenção do poder feudal entre os séculos 14 e 19. Pode-se portanto fazer um paralelo entre a repressão ideológica, cultural, e mesmo policial contra o materialismo histórico atualmente, no período de emergência do socialismo, e a repressão idêntica sofrida pelos primeiros praticantes do materialismo naturalista no período de emergência do capitalismo. Sendo esta analogia adequada, deve-se concluir que, assim como o materialismo naturalista acabou por se impor nas ciências naturais, o mesmo ocorrerá com o materialismo histórico nas ciências sociais. Não porque este destino esteja traçado em algum livro sagrado, mas porque ele expressa o próprio movimento em curso de transformação da sociedade. Não será o impulso intelectual do materialismo histórico como teoria que o levará a impor-se à sociedade, mas o desenvolvimento material da sociedade que reclamará a sua libertação das ciências da sociedade das restrições às quais estão hoje sujeitas. Assim como as ciências naturais se desenvolveram como resultado do progressivo domínio do ser humano sobre a natureza, as ciências da sociedade terão que desenvolver-se por exigência do crescente domínio do ser humano sobre as características da sociedade. Isto é, será preciso dominar as potências ciclópicas que brotam da dinâmica da sociedade, assim como foi e continua sendo necessário dominar as forças que brotam da natureza.

Pode-se talvez dizer, em síntese, que as restrições ao materialismo naturalista expressavam, no plano intelectual, as contradições de interesses entre a burguesia nascente e o poder feudal. De modo análogo, as atuais restrições ao materialismo histórico expressariam, no plano intelectual, as contradições de interesses entre o proletariado e o poder burguês.

Assim como as ciências naturais e o materialismo naturalista somente puderam florescer sob o capitalismo, deve-se esperar que o materialismo histórico somente possa desenvolver-se na sua plenitude em uma sociedade sem classes, isto é, no socialismo.

O exposto parece conduzir a duas conclusões: a primeira é que o materialismo histórico corresponde, nas ciências da sociedade, ao materialismo naturalista, já dominante (embora de forma encoberta, de fato mas não de direito, como se argumentará a seguir) nas ciências naturais. Ambos expressam, em uma perspectiva histórica, o progressivo aumento do domínio intelectual do mundo material (natureza e sociedade) pelo ser humano, paralelamente ao aumento do seu domínio material; a segunda conclusão é que o materialismo naturalista teria se desenvolvido até a plenitude a partir do estabelecimento do capitalismo, quando as restrições feudais ao desenvolvimento científico foram extintas. O materialismo naturalista, da sua fase espontânea e dispersa inicial, teria se concretizado em uma formulação totalizante, que constituiria na atualidade a base explícita das ciências particulares. O materialismo histórico, em contrapartida, situado apenas na fase inicial do seu desenvolvimento e limitado pelas restrições derivadas do antagonismo de classes próprio do capitalismo, estaria desenvolvendo-se apenas em forma espontânea e pulverizada nas diversas disciplinas da ciência da sociedade.

A segunda conclusão, paradoxalmente, não corresponde às evidências disponíveis. As limitações decorrentes dos antagonismos de classe presentes no capitalismo, sociedade na qual a autoridade divina inscreve-se como componente necessário da ideologia justificadora do sistema de exploração em que se baseia, impediram que o materialismo naturalista se expressasse em sua plenitude filosófica e metodológica. Duas restrições graves ainda persistem: a mais importante é que o materialismo como filosofia explícita da ciência moderna ainda não pode ser proclamado abertamente, e conseqüentemente não pode ser elaborado em sua plenitude. Exemplo disto é a coletânea de Moser e Strout, sobre o ‘materialismo contemporâneo’, que assume uma clara posição materialista, e que parece, portanto, contradizer o que se está afirmando. No entanto, o caráter limitado deste materialismo revela-se, em primeiro lugar, no seu caráter eminentemente naturalista e, em segundo lugar, na omissão da dialética e do materialismo aplicado às ciências sociais, o que pode ser atribuído às poderosas barreiras ideológicas vigentes no *establishment* acadêmico dos países capitalistas desenvolvidos. É ilustrativo disto o fato de que uma das seções do livro, cujo título é ‘materialismo e valor’, em que se esperaria encontrar algo sobre a teoria do valor econômico, apenas se refere ao valor segundo o enfoque moral e ético. Mesmo assim, a

proclamação do materialismo naturalista, que aparece no primeiro parágrafo do prefácio dos organizadores, é significativa:

“Materialism, put broadly, affirms that all phenomena are physical. Questions about materialism, or ‘physicalism’, currently guide word in various areas of philosophy: (...) Materialism is now the dominant systematic ontology among philosophers and scientists, and there are currently no established alternative ontological views competing with “ (Moser and Strout, p. ix).

Outro exemplo, no mesmo sentido, é a obra de Dawkins, que expõe uma apaixonada defesa do ateísmo e uma contundente crítica das crenças religiosas, limitando-se no entanto a uma abordagem superficial sem qualquer pretensão de caracterizar o ateísmo como uma expressão do materialismo filosófico. Mas Dawkins argumenta, com base em diversas pesquisas altamente representativas, que os cientistas naturais de hoje, na sua imensa maioria, são ateus, o que significa, em termos filosóficos, que são materialistas (Dawkins, 2007).

Em segundo lugar, restrições obscurantistas persistem em ramos específicos importantes, entre os quais se destacam as teorias da evolução das espécies, da origem da vida em geral e do ser humano em particular, das raças humanas, da origem e evolução do universo, entre outras. Estas restrições persistentes ao materialismo naturalista atingem os ramos do saber cuja formulação materialista ameaça seriamente os pilares ideológicos da justificação do capitalismo e decorrem portanto dos antagonismos de classes que caracterizam esta sociedade. Isto mostra que o antagonismo de classes obstaculiza não apenas o desenvolvimento das ciências da sociedade, mas também o das ciências da natureza, que pela aparência possuem um caráter técnico neutro.

Mas enquanto a dialética foi explicitamente combinada ao materialismo na ciência da sociedade, por Marx e Engels e seus seguidores, as ciências naturais mantêm procedimentos que são dialéticos de fato, ou implicitamente (o que se expressa na concepção totalizante da realidade, na admissão da evolução dos fenômenos como fases de processos, etc.), mas isto não se converteu em adoção consciente e explícita. Mesmo após a elaboração da dialética por Hegel, e sua reelaboração materialista por Marx, continua existindo um materialismo naturalista que ignora a dialética como método geral no plano filosófico e metodológico, embora o pratique na atividade científica. Este é mais um indicador do fato de que as próprias ciências da natureza são obstaculizadas, no seu desenvolvimento, pelos antagonismos de classe que caracterizam o capitalismo, o que significa que não apenas as ciências da sociedade, mas também as da natureza, somente poderão desenvolver plenamente o seu caráter científico em uma sociedade sem classes.

Aparentemente, portanto, a prática científica estaria mais desenvolvida nas ciências da sociedade do que nas da natureza. Isto, porém, visivelmente não é verdade. Nas ciências sociais do mundo capitalista predominam concepções idealistas, expressas, por exemplo, no individualismo metodológico, que atribui as características da sociedade capitalista a inclinações inatas, imutáveis, inscritas na consciência humana desde sempre. Por outro lado, seguindo a argumentação desenvolvida neste artigo, o materialismo histórico, mesmo na formulação de Marx e Engels, encontra-se em uma fase apenas inicial, cujo desenvolvimento ulterior depende essencialmente da transição a uma sociedade sem classes, na qual não haja interesses particulares a proteger em detrimento do interesse geral, que são o fundamento das restrições ao desenvolvimento do materialismo histórico⁴. A situação é paradoxal, pois no campo científico do mundo capitalista as ciências da natureza estão extraordinariamente desenvolvidas, o que significa que utilizam procedimentos materialistas específicos nas diversas disciplinas, sem que, no entanto, se tenha elaborado uma síntese geral do materialismo naturalista. Embora isto seja uma limitação (no sentido de que uma teoria mais avançada constitui um fator de dinamização do avanço da ciência, ao passo que a manutenção de teorias menos avançadas constitui um fator de contenção do avanço), o materialismo de fato está inscrito nos métodos das disciplinas específicas, pois preside os seus procedimentos práticos. No campo das ciências da sociedade oficiais, no entanto, não existe sequer um materialismo ingênuo ou mecanicista, mas uma pura e simples conversão dos preconceitos burgueses em princípios metodológicos, do que o símbolo máximo é o chamado individualismo metodológico.

A teoria de Marx expressa os lineamentos de novas realidades emergentes. Teorias deste tipo dão impulso à aceleração do desenvolvimento das novas realidades que expressam. Assim, a teoria de Marx impulsionou os processos de transformação emergentes em todo o mundo, explicitou o sentido e os eixos das mudanças que operavam, de modo ainda não percebido, nos subterrâneos da sociedade. A sua teoria nada inventou, apenas deu nome, voz e legitimidade a estes eixos de mudança e aos seus agentes. A partir do surgimento da sua teoria, os elementos potenciais de mudança, já presentes na realidade, puderam articular-se em um força transformadora dotada de consciência e de direção histórica, que promoveu uma das mais poderosas ondas de mudança social de que se tem notícia, representando provavelmente o primeiro ciclo da transição histórica do capitalismo ao socialismo. Se é este realmente o significado da teoria de Marx, se ela se enraíza nas características do mundo

⁴ Não foi possível incluir neste artigo uma abordagem, mesmo que genérica, do nível de desenvolvimento atingido pelo materialismo histórico na antiga União Soviética e demais antigos países socialistas.

realmente existente, pode-se esperar que ela terá desdobramentos ainda mais significativos em futuro não muito distante⁵.

Esta é a razão pela qual a teoria de Marx sobreviveu, até hoje, a todas as adversidades. Ela não pode ser erradicada porque a realidade que expressa é o mundo real em desenvolvimento, que não pode igualmente ser erradicado. Porque expressa o mundo realmente existente, a teoria de Marx, quando parece derrotada, renasce novamente de modo espontâneo, como os cogumelos brotam nos gramados após a chuva, sempre que o movimento transformador residente nas profundezas do mundo real se reanima. Hoje este movimento está invisível e parece inexpressivo, e mesmo quando visível é negado, e correspondentemente o materialismo histórico e a teoria de Marx parecem irrelevantes. Mas assim que as contradições presentes no mundo real adquirirem as dimensões necessárias, a teoria que representa o seu movimento ressurgirá também.

A TEORIA DO VALOR E DO DINHEIRO

As teorias do valor e do dinheiro, expostas no *O Capital*, são ilustrações significativas deste método – o materialismo histórico. A teoria do valor baseado no trabalho não se baseia em dogmas moralistas ou sentimentais com a intenção de valorizar o pobre trabalhador, mas encontra seu fundamento no papel fundamental do trabalho como base permanente da existência da do ser humano e da sociedade desde a sua origem. O significado e as funções do valor e do dinheiro devem ser extraídos da identificação rigorosa das concatenações reais entre os indivíduos na sociedade mercantil, e não interpretados como expressões de objetivos conscientes ou de inspirações subjetivas de indivíduos mais ou menos geniais ou de imposição por autoridades coercitivas.

Do ponto de vista materialista, o objeto da teoria social – especificamente da teoria econômica – são as relações objetivas estabelecidas entre os indivíduos na sociedade, isto é, as relações de produção e distribuição. Segue-se que “as categorias econômicas são apenas as expressões teóricas (...) das relações sociais de produção” (Marx, 1977, p. 130). Sendo assim, o valor e o dinheiro, como categorias teóricas, são concebidas na teoria de Marx como expressões de relações sociais de um modo de produção determinado, ou seja, relações de produção e distribuição no modo de produção capitalista.

Assim, o trabalho como origem do valor não é um pressuposto, mas um resultado da análise das características e da evolução histórica da sociedade humana. A definição do valor

⁵ “... o marxismo surgiu com a sociedade ‘moderna’, com a grande indústria e o proletariado fabril. Apresenta-se como a concepção do mundo que exprime este mundo moderno, as suas contradições, os seus problemas...” (Lefebvre, p. 13).

como expressão da igualação dos tempos de trabalho socialmente necessários na troca de mercadorias não é um dogma, embora seja frequentemente – e equivocadamente – apresentado deste modo. O valor é a expressão, no capitalismo, de uma característica resultante da divisão social do trabalho, que existe desde o início da história da civilização, isto é, desde que o ser humano emergiu da condição de simples animal. A divisão social do trabalho significa que, na sociedade, cada um dos seus membros produz um produto necessário ao conjunto, e em troca recebe do conjunto os produtos de que necessita para reproduzir-se em condições normais. [A característica expressa pelo valor, no capitalismo, consiste em que a reprodução normal de uma sociedade baseada na divisão social do trabalho, requer que o tempo de trabalho aplicado em média pelos produtores de um produto fornecido à sociedade seja igual ao tempo de trabalho contido nos produtos que estes recebem em troca para a sua subsistência.].

Este princípio não é um princípio normativo que visa a justiça social, mas expressa uma característica objetiva sem a qual uma sociedade baseada na divisão do trabalho não poderia subsistir. Como o capitalismo também se baseia na divisão social do trabalho, esta característica deve apresentar-se com destaque também nele.

Mas, embora o trabalho seja a fonte do valor, este fato passa completamente despercebido ao se observar os fenômenos do mercado. Por que? Porque no capitalismo está ausente uma característica indispensável a uma economia baseada na divisão social do trabalho: um plano explícito de distribuição do trabalho entre os membros da sociedade. Um pouco de reflexão indica que, considerando a complexidade da divisão social do trabalho, é impossível que uma economia com esta característica funcione normalmente sem um plano explícito que atribua a cada um a sua função na divisão social do trabalho, a fim de que todas as necessidades sociais sejam adequadamente atendidas. Como não há plano social de produção, mas, ao contrário, todos os produtores e compradores são independentes e tomam decisões de produção autonomamente, a existência do capitalismo parece à primeira vista incompreensível (Luxemburgo, p. 253). Na realidade, se por um lado a independência dos produtores torna impossível a existência de um plano de produção explícito, por outro lado a evidência da reprodução relativamente normal do capitalismo significa que um mecanismo de distribuição do trabalho social deve estar operando nos subterrâneos da economia. Este é o mecanismo que deve ser descoberto, e Marx identificou este mecanismo com o nome de lei do valor.

Como se vê, não se atribui a organização do sistema às motivações individuais dos membros da sociedade – como, por exemplo, a maximização da utilidade ou do lucro, ou a

busca da felicidade ou do prazer –, mas se deduz as ações dos indivíduos da lógica que deve necessariamente governar uma sociedade baseada na divisão social do trabalho, a fim de que a reprodução normal dos indivíduos e da sociedade como um todo sejam possíveis.

Não havendo plano e sendo a lei do valor um mecanismo oculto e não explícito, como a lei do valor se impõe? A resposta dada por Marx constitui uma das mais significativas contribuições da sua teoria ao conhecimento da economia capitalista. A concepção materialista requer que as leis que presidem a realidade social sejam identificadas através da análise dos fatos reais e não derivadas da intencionalidade do ser humano. O pesquisador materialista não se dedica a levantar as opiniões dos agentes da troca sobre os motivos das suas decisões, não cataloga as suas reações subjetivas diante das flutuações do mercado, etc. Estes fatores têm evidentemente alguma importância, mas o seu efeito é apenas o de provocar desvios dos eventos do mercado em relação às leis da troca. O pesquisador que segue o método materialista parte do fato de que as categorias teóricas refletem as relações reais entre os indivíduos, e que a forma destas relações é determinada pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas, cujo desenvolvimento é um resultado espontâneo do processo ininterrupto da produção social (Germer, 2006). Portanto, não há fatores subjetivos determinantes. Identificados portanto aqueles elementos materiais subjacentes ao processo social, determina-se as leis de movimento das categorias teóricas e suas relações recíprocas, ou seja, elabora-se a teoria que representa a realidade analisada de modo cientificamente rigoroso e pessoal.

O que se observa na troca é que as mercadorias são trocadas com base na igualação de algo que se denomina valor, em fórmulas do tipo ‘x merc A=y merc B’, por exemplo, ‘1 livro=5 CDs’. Esta fórmula, no entanto, é irracional, uma vez que parece igualar quantitativamente duas características qualitativas das mercadorias, que são os seus valores de uso – livro e CD. Ora, não há padrão de comparação que permita comparar quantitativamente objetos ou fenômenos de qualidades diferentes. Assim, nada há nos valores de uso destes dois objetos que justifique igualar 1 livro a 5 CDs. Portanto, a igualação obtida nas trocas deve referir-se a algo que a fórmula das trocas não revela. Através de uma sucessão de abstrações, Marx chega ao resultado de que o que se iguala são os tempos de trabalho abstrato contidos nas mercadorias trocadas.

O tempo de trabalho abstrato, no entanto, é o tempo de trabalho nas condições médias de cada ramo de produção, ou seja, é a quantidade média de trabalho setorial representada por cada mercadoria. Este trabalho médio denomina-se trabalho social. Portanto, não são os trabalhos individuais que são igualados na troca, mas os trabalhos sociais. O que reduz os trabalhos individuais a trabalho social é a concorrência entre os produtores. Isto cria um

problema, uma vez que cada mercadoria é produzida por um determinado produtor (ou unidade de produção), o que significa que contém não trabalho social médio mas trabalho individual, e este só por casualidade coincidiria com a média do setor. Daí se deduz que, para que duas mercadorias possam ser trocadas, devem ser antes igualadas a trabalho social. Em termos matemáticos, é como se o tempo de trabalho individual aplicado na produção de cada mercadoria, tivesse que ser corrigido através de um fator de correção. No entanto, como não há plano social de produção nem órgão de planejamento regulando a produção e a circulação, esta correção deve ser feita espontaneamente pelo próprio processo das trocas. Mas na esfera da circulação não existe nada além de vendedores e compradores e as mercadorias sendo trocadas. Consequentemente, o processo de correção dos trabalhos individuais deve estar embutido nas operações de troca das mercadorias. Isto implica que a troca ‘x merc A=y merc B’ deve ser precedida por outra troca, na qual o tempo de trabalho individual contido em cada mercadoria seja convertido em tempo de trabalho social. Como na economia mercantil há apenas trocas de mercadorias, esta conversão deve ter também a forma de uma troca de mercadorias, na qual se troca a mercadoria individual, que representa o trabalho individual, por uma mercadoria social que representa trabalho social⁶. Esta última é o equivalente geral de valor ou dinheiro⁷. Com esta fundamental descoberta, Marx destrói a fábula quantitativista e neoclássica de que o dinheiro é um mero instrumento que ‘facilita as trocas’⁸ e assenta o conceito de dinheiro em bases científicas rigorosas.

No entanto, resta ainda uma lacuna: por que devem as mercadorias ser trocadas com base na igualação dos tempos de trabalho e não por outro critério qualquer? A resposta a esta pergunta também não pode, segundo os critérios materialistas, ser baseada em nenhum critério de intencionalidade, como por exemplo de que, em algum momento da história, alguém ou alguma autoridade tenha estabelecido a igualação de tempos como medidas, etc. A resposta deve ser encontrada na análise do contexto amplo no qual as trocas ocorrem: a sociedade. A existência da sociedade depende do trabalho, essencial para produzir os meios necessários à reprodução da sociedade. O trabalho de que a sociedade depende é trabalho social, isto é, um organismo de trabalho composto de unidades diferenciadas – ou seja, há divisão social de trabalho –, cada uma produzindo um ou alguns poucos produtos essenciais

⁶ “... as moedas, (...) afinal de contas, representam o crédito de alguém perante a sociedade, por trabalhos que ele mesmo realizou, ou que ele tenha recebido de outros” (Galvani, p. 127).

⁷ As dificuldades inerentes a esta operação estão explicitadas em Germer (2002; 2005).

⁸ A fábula ricardiana segundo a qual a economia de mercado poderia existir sem dinheiro, o que apenas causaria maiores dificuldades ao processo de trocas mas não o impediria.

ao conjunto social⁹. Da análise desta condição deduz-se que a reprodução normal de uma sociedade baseada na divisão social do trabalho requer que o tempo de trabalho social contido no conjunto dos produtos obtidos da sociedade por cada produtor seja igual ao tempo de trabalho social contido no produto total que entrega à sociedade. Na sociedade mercantil, a troca das mercadorias é o meio através do qual, por um lado, os produtos do trabalho de cada produtor são distribuídos ao conjunto e, por outro lado, o meio através do qual cada produtor obtém os meios de consumo e de produção de que necessita correntemente. Os tempos de trabalho social contidos nas mercadorias são representados pelos seus valores expressos em preços. O preço de uma mercadoria é quantidade de dinheiro em que é convertida ao ser vendida, ou seja, em termos teóricos é o processo de conversão do trabalho individual em trabalho social. Ao vender a mercadoria e obter o dinheiro que lhe corresponde, o produtor realizou duas operações essenciais: validou o seu trabalho individual como trabalho social, trabalho integrante da divisão social do trabalho, e o converteu em uma quantidade determinada de trabalho social representada pela mercadoria-dinheiro. Portanto, toda operação do tipo 'x merc A=y merc B' converte-se em 'x merc A=d merc D=y merc B' (ou simplesmente M-D-M), em que 'merc D' é o dinheiro obtido na venda.

Note-se que, na teoria de Marx, todos os elementos da teoria articulam-se como o conjunto das condições necessárias à reprodução material da sociedade. Condições objetivas, não condições subjetivas baseadas na intencionalidade dos indivíduos ou em motivações inatas e inexplicadas. O problema fundamental da sociedade é a sua própria reprodução cotidiana, que depende do trabalho social. Consequentemente, este é o problema central em torno do qual a teoria social se articula em Marx. Mas a reprodução da sociedade possui uma dimensão global e outra individual. A dimensão global refere-se ao fato de que a sociedade deve reproduzir-se como um todo, e a dimensão individual ao fato de que cada um dos seus membros deve reproduzir-se individualmente. A reprodução social e a reprodução individual são duas dimensões da mesma atividade produtiva.

Como vimos, a lei do valor, consubstanciada na regra da igualação dos tempos de trabalho social contidos nas mercadorias trocadas, assegura a reprodução da sociedade. Mas como isto coincide com a reprodução dos membros da sociedade, a reprodução individual? A resposta é: através do dinheiro. Todas as trocas são mediadas pelo dinheiro, e cada produtor deve ser capaz de obter a quantidade de dinheiro necessária à reprodução normal da sua vida e da sua condição de produtor. Consequentemente, a produção diária média de cada produtor

⁹ Note-se que o trabalho social possui diversas dimensões: por um lado o trabalho em condições médias em cada ramo da produção, já mencionado; por outro lado, o trabalho como organismo coletivo de trabalho da sociedade.

deve ser capaz de lhe proporcionar, no mínimo, a receita monetária suficiente para a sua reprodução diária. Como o dinheiro é uma mercadoria, segue-se que o seu produtor deve ser capaz de produzir uma quantidade diária de dinheiro correspondente à sua necessidade diária de reprodução. Como o dinheiro não é meio de consumo, portanto não é consumido, mas permanece, na função de meio de circulação, continuamente na circulação, segue-se que a quantidade física do dinheiro produzido em um dia é indiferente à reprodução, de modo que as mercadorias comuns serão trocadas pela produção diária de dinheiro, seja ela qual for. Sendo maior, o valor unitário da mercadoria-dinheiro será menor e as mercadorias comuns serão ‘mais caras’; sendo menor a produção diária da merc-dinheiro, seu valor unitário será maior e as mercadorias comuns serão ‘mais baratas’. O essencial portanto é o tempo de trabalho diário que o dinheiro representa, não o seu volume físico. Assim, como o produtor do dinheiro recebe, pela sua produção diária, os meios de consumo e de produção necessários à sua reprodução normal, qualquer produtor de uma mercadoria comum deve conseguir obter, na venda da sua mercadoria, esta quantidade de dinheiro, o que assegurará também a sua reprodução normal. As relações de troca entre as mercadorias e o dinheiro serão assim estabelecidas constituindo os seus preços. Os tempos de trabalho determinam os preços e suas flutuações sem que os indivíduos o percebam, uma vez que se expressam em quantidades de dinheiro.

As flutuações de preços, sendo o valor do dinheiro constante, refletem portanto flutuações dos tempos de trabalho social contidos nas diferentes mercadorias e determinam as transferências de produtores de uns a outros ramos de produção. Se o preço de uma mercadoria cai, é porque ou houve um aumento de produtividade que reduziu o tempo de trabalho médio necessário à sua produção, ou há produtores em excesso, devido à entrada de novos produtores. Em ambos os casos os produtores aplicam à sua produção um tempo de trabalho superior ao tempo de trabalho atribuído à sociedade à sua produção. Sendo o primeiro o caso, um ou mais produtores, que apresentam menor produtividade, serão forçados a abandonar este ramo de produção; no segundo caso os novos ingressantes, ou produtores antigos, terão que se retirar.

As teorias do valor e do dinheiro, de Marx, são exemplos da aplicação do método científico, o método baseado na investigação dos fatos da realidade efetiva, sem interferência de fatores sobrenaturais ou ideológicos, que é o materialismo dialético que, aplicado à sociedade, se denomina materialismo histórico. O materialismo dialético, elaborado por Marx e Engels na época do auge do desenvolvimento capitalista, segue os passos do materialismo

naturalista, que começou a ser elaborado na época de auge e início do declínio do desenvolvimento do feudalismo.

CONCLUSÕES

Neste artigo procurou-se fundamentar a opinião, expressa por diversos dos mais expressivos autores marxistas, de que o motivo da longevidade e da atualidade da obra máxima de Marx, *O Capital*, é não apenas o seu conteúdo – a análise do modo de produção capitalista – mas principalmente o seu método, o materialismo histórico, como expressão da aplicação do materialismo dialética às ciências da sociedade. Procurou-se inserir o desenvolvimento do materialismo histórico em uma linha de continuidade com o materialismo naturalista, por um lado, e relacionando a sua emergência no capitalismo amadurecido, às condições de emergência do materialismo naturalista na fase de auge/declínio do feudalismo.

Procurou-se assim fundamentar a hipótese de que o materialismo histórico constitui uma fase avançada do materialismo, como concepção filosófica geral, cuja emergência coincide com a emergência, no interior do capitalismo maduro, dos primeiros elementos do novo modo de produção, o socialismo, caracterizado essencialmente pela abolição da propriedade privada e pela conseqüente extinção da divisão da sociedade em classes. No entanto, como parte deste processo de nascimento de um novo modo de produção, antagônico ao vigente, o materialismo histórico sofre, no campo filosófico e científico e também na sociedade como um todo, o bloqueio através da difusão massificada das concepções oficiais, não materialistas. Nestas circunstâncias, o materialismo histórico, mesmo representando uma fase avançada do materialismo, encontra-se limitado à fase inicial do seu desenvolvimento, aparecendo de modo fragmentário, rudimentar e disperso. Isto significa, no entanto, que o materialismo histórico, do qual é portador *O Capital*, constituirá a síntese avançada do método científico geral, aplicado tanto às ciências naturais quanto às ciências sociais, embora com as especificidades exigidas por cada um destes campos da ciência.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, L. (1979). *A Favor de Marx; Pour Marx*. 2a. ed. Rio de Janeiro : Zahar.
- DAWKINS, R. (2007). *Deus um Delírio*. São Paulo : Companhia das Letras.
- ENGELS, F. (1964). *Dialectics of Nature*. Third Revised Edition. Moscow : Progress Publishers.
- LEFEBVRE, H. (1979). *O Marxismo*. 5a. ed. SP / RJ, Difel/Difusão Editorial.

GALIANI, F. (2000). Da moeda. São Paulo : Musa / Curitiba : Segesta.

GERMER, C.M. (2002). O caráter de mercadoria do dinheiro segundo Marx – uma polêmica. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 11, p. 5-27, dezembro.

GERMER, C.M. (2003). A relação abstrato/concreto no método da economia política. In: Corazza, G. (Org.). *Métodos da ciência econômica*. Porto Alegre : Editora da UFRGS, pp. 61-92.

GERMER, C. (2005). The commodity nature of money in Marx's theory. In: MOSELEY, F. (Ed.). *Marx's theory of Money : modern appraisals*. Basingstoke, UK : Palgrave Macmillan. pp. 21-35.

GERMER, C.M. (2006). As forças produtivas e a revolução social revisitadas. XI Encontro Nacional de Economia Política, Vitória (ES), 14-16/6/06. Anais em CD, Seção Capitalismo Contemporâneo e Socialismo.

LUXEMBURGO, R. (s/d). *Introdução à Economia Política*. São Paulo : Martins Fontes.

MARX, K. (1977). *Das Elend der Philosophie : Antwort auf Proudhons "Philosophie des Elends"*. Deutsch von E. Bernstein und K. Kautsky; Vorwort und Noten von F. Engels. Berlin : Dietz Verlag. In: K. MARX / F. ENGELS. *Werke*, Band 4, p. 62-183 (1^a. ed. 1847).

MARX, K. (1978). *Miséria da Filosofia*. Lisboa : Editorial Estampa.

MOSER, P.K. and TROUT, J.D. (Eds.) (1995). *Contemporary materialism : a reader*. London : Routledge.